



Parques Urbanos e Meio Ambiente: um estudo de caso em Campo Grande – MS

RESUMO

Este artigo tem como enfoque o Parque do Prosa e o CRAS (Centro de Reabilitação de Animais Silvestres) situado em Campo Grande - MS e objetiva avaliar a possibilidade de inclusão destes locais como parte de um roteiro turístico-pedagógico, assim como verificar as possibilidades de divulgação regional e nacional como mais um atrativo para o cidadão local além dos turistas, dentre outros. A metodologia para o desenvolvimento da pesquisa teve abordagem qualitativa e quantitativa, a partir de pesquisa bibliográfica e de campo com a aplicação de questionário semiestruturado a grupos de visitantes locais e de fora do estado de Mato Grosso do Sul e técnicos da Secretaria de Meio Ambiente do Estado. Para a consecução dos objetivos, discutiu-se primeiramente a importância dos parques urbanos como perspectivas de lazer para a comunidade local e visitantes, posteriormente, propôs-se reflexões sobre a oferta e demanda de grupos para os referidos parques de Campo Grande. A partir da análise dos resultados, conclui-se que há grande possibilidade de incluir esse roteiro junto aos já estabelecidos no PNI, desde que haja um incentivo do poder público. Notou-se também um potencial em Desenvolvimento Local, pois se trata de um roteiro de contemplação e pedagógico, com características para tornar-se ponto de encontro de turistas, pesquisadores, grupos escolares e visitantes de diversas regiões do país reunidos por motivos e interesses diversos.

Palavras-chave: parques urbanos, CRAS, integração turística e pedagógica, desenvolvimento local, políticas públicas.

Thiago Andrade Asato
thiago_andrade_asato@hotmail.com

Bolsista no Mestrado em
Desenvolvimento Local pela UCDB –
MS.

Arlinda Cantero Dorsa
acdorsa@ucdb.br

Docente do Programa de Mestrado e
Doutorado em Desenvolvimento Local
pela UCDB.

Renata Giovana Rech
rech_renata@hotmail.com

Bolsista no Mestrado em
Desenvolvimento Local pela UCDB –
MS.

Recebido em: 10/12/2015
Aprovado em: 24/03/2016

Urban Parks and Environment: a case study in Campo Grande - MS

ABSTRACT

The following article focus on Parque do Prosa and the CRAS (Wild Animals Rehabilitation Center) located in Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brazil. It aims to evaluate the possibility of including such places in a tourist/pedagogical tour as well as the possibility to advertise it regionally and nationally as an extra site for locals and not only for tourists. The methodology for the study used a qualitative and quantitative approach from a bibliographical and field research, which applied a semi-structured questionnaire to local and non-local visitor groups as well as to the State Environment Department technicians. In order to reach the objectives there was an initial discussion regarding the importance of urban parks as places for the community and visitors leisure. Afterwards it considered the offer and need for such parks. The result analysis showed that it is possible to include such tour at PNI (Indian National Park) since the government back it up. There is also a potential for Local Development since it a pedagogical and contemplation tour, which can become a rendezvous for tourists, researchers, students, and visitors from different parts of the country who would go there for several reasons.

Key words: urban parks, CRAS, tourist and pedagogical integration, local development, public policies.

INTRODUÇÃO

Parques urbanos, quando bem planejados, sempre são locais agregadores de atividades lúdicas ao ar livre, pois envolvem a contemplação do meio ambiente aliada à qualidade de vida.

Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, é considerada uma capital “interiorana”, ainda que apresente um crescimento populacional bem extenso desde as últimas duas décadas. Por se tratar da capital do Pantanal e de Bonito, roteiros distantes há pelo menos três horas de viagem, há necessidade de a cidade possuir roteiros de turismo ou mesmo de entretenimento para propiciar ao turista interesse em permanecer mais tempo na cidade.

Neste contexto, o Parque das Nações Indígenas, bem como o Parque do Prosa e o CRAS – Centro de Reabilitação de Animais Silvestres – são alternativas para que o turista e/ou o cidadão campo-grandense tenham um “dia de campo” para atividades ao ar livre na capital do estado.

Observando-se cidades que viabilizaram projetos estruturados de parques urbanos, tem-se como referência a cidade de Curitiba, no estado do Paraná. Outra situação de parque com trilhas auto-guiadas, que merece uma referência, é a cidade de Alto Paraíso de Goiás, local da Chapada dos Veadeiros, onde visualizam-se trilhas em que o visitante opta

por contratar um guia ou fazer as trilhas por conta própria, assinando um termo de responsabilidade.

Neste sentido, o objetivo principal desse trabalho é avaliar o Parque do Prosa e o CRAS como roteiro turístico e pedagógico a ser incluído, assim como verificar as possibilidades de divulgação regional e nacional como mais um atrativo para o cidadão local além dos turistas, dentre outros.

Para a consecução dos objetivos, fez-se necessário uma pesquisa bibliográfica em torno das referências existentes sobre tal temáticas. Foi realizada também uma pesquisa de campo com a aplicação de questionário semi-estruturado a grupos de visitantes locais e de fora do estado de Mato Grosso do Sul e técnicos da Secretaria de Meio Ambiente do Estado, avaliando o perfil desse visitante, com questões sobre a visita que dizem respeito à acessibilidade, à segurança, ao lazer, à sustentabilidade, ao turismo, dentre outras.

Meio ambiente e sustentabilidade no desenvolvimento local

Analisando a sustentabilidade como desenvolvimento percebe-se segundo Pereira e González (2014, p.15) a existência de “uma problemática ambiental alicerçada nas incertezas e instabilidades do clima e recursos naturais”. Essa problemática abrange distintas concepções que influenciam o contexto social, visto de forma distinta e já observado no final do século XX, por Jacobi (1999, p.40) quando afirmava que:

O conceito de desenvolvimento sustentável surge como uma idéia força integradora para qualificar a necessidade de pensar uma outra forma de desenvolvimento. Seu fundamento provém da necessidade percebida de busca de um equilíbrio em relação às capacidades e às limitações existentes. O desenvolvimento e o bem estar humanos requerem um equilíbrio dinâmico entre população, capacidade do meio ambiente e vitalidade produtiva.

Mol (2000) citado por Pereira e González (2014, p.15), amplia esta discussão, pois para o referido autor, a modernização ecológica é um sinônimo bem mais lapidado que o

desenvolvimento sustentável, em razão de possuir um aparato institucional com características bem definidas como um sistema político aberto e democrático, uma ampla consciência ecológica, um sistema detalhado de monitoramento gerando dados ambientais públicos suficientes e confiáveis, uma economia de mercado que domina os processos de produção e consumo, um Estado legítimo e intervencionista, entre outros fatores diversificados e avançados.

Já com relação ao desenvolvimento sustentável é perceptível, segundo Pires *et al* (2014, p.4) que o crescimento econômico não tem caminhado junto com o DS, amplificando numa forte proporção as desigualdades sociais que afetam diretamente a qualidade de vida das pessoas e causam um grande desequilíbrio no uso dos recursos naturais. Percebe-se, portanto, que a idéia da sustentabilidade está baseada intimamente em uma política de crescimento global.

Jacobi (1999) aprofunda esta discussão ao avaliar que a sustentabilidade passa a ser fundamental na discussão em torno das dimensões não só do desenvolvimento quanto das alternativas configuradas para a garantia da equidade e das articulações entre as relações do global com o local. Para o autor:

A organização democrática do poder local assume cada vez mais um espaço central numa agenda que contemple a necessária articulação não só entre atores, mas entre políticas. Nessa direção, torna-se fundamental criar as condições para inserir crescentemente a problemática ambiental no universo da gestão local, e principalmente em relação à dinâmica das políticas sociais. (JACOBI, 1999, p. 39)

Hoje o Brasil enfrenta um grande desafio em promover um bem estar à sociedade aliada aos custos ambientais das políticas de desenvolvimento. O desafio de uma gestão ambiental é criar uma política que seja capaz de preservar o meio ambiente e melhorar as condições de vida da população, ou seja, uma sociedade mais sustentável não deve desprezar a relação entre o homem e a natureza (MORAES, 2012, p.10).

Partindo da linha de pensamento em relação ao desenvolvimento sustentável deve-se, portanto, aliar uma série de problemas ambientais com soluções gerando uma infraestrutura sustentável, com redução das desigualdades econômica, social e ambiental assim como investimentos na ciência e tecnologia.

Políticas Públicas de Sustentabilidade e Lazer

O lazer é um direito de todo cidadão, e principalmente nessas últimas duas décadas, tem sido frequente o debate em instituições públicas e privadas acerca desse tema. Marcellino *et al* (2007, p. 4), a respeito do lazer, avalia: A ‘especificidade concreta’ do lazer, considerado em sua manifestação na sociedade atual, é colocada como uma reivindicação social. [...] é uma questão de cidadania, e de participação cultural”.

O conceito de lazer mais utilizado no contexto científico é de autoria de Dumazedier (1973, p. 34), conforme abaixo:

Conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para ele repousar, seja para ele divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Ao afirmar que o lazer deve ser inserido no processo educativo, Bonfim (2010, p. 121) é categórica pois, na sua concepção, apresenta mais um “ingrediente favorável na tentativa de contribuir para uma educação mais eficiente, tendo no turismo, uma real possibilidade de proporcionar um confronto da teoria e da prática dos conteúdos abordados”.

Acerca do Meio Ambiente, a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, conhecida como Política Nacional do Meio Ambiente dispõe de inúmeros artigos que visam à proteção do meio ambiente, sendo ele um direito do cidadão à vida plena em um ambiente saudável e equilibrado. Em seu Artigo 2º, *caput* traz o seguinte texto:

A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Já a vigente Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, classificada como programática, ou seja, que se caracteriza por conter normas definidoras de tarefas e programas de ação a serem concretizados pelos poderes públicos, traz no Artigo 225 *caput*

e seu parágrafo um tratamento de imenso valor em relação ao meio ambiente, como a seguir descrito:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:
II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Nesta linha de pensamento, é importante ressaltar que todo cidadão tem o direito de acompanhar e avaliar as políticas públicas do meio ambiente, a partir da demanda da sociedade que se envolve na participação de vários atos públicos cobrando atitudes positivas do Estado não como uma faculdade, mas sim como uma obrigação.

Por fim, para Moraes (2012, p.20) a finalidade da política nacional é “preservar um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo do país que combate o desmatamento, protege os biomas nacionais da Amazônia, da Mata Atlântica, do Cerrado e da Caatinga”. Entretanto, para que isso ocorra deve haver a participação das empresas e sociedades levando em conta todos os critérios que protegem o meio ambiente por meio das leis, políticas de responsabilidades ambientais igualitárias para todos.

Políticas Públicas de Meio Ambiente em Mato Grosso do Sul

Tratando-se de um tema que envolve turismo e meio ambiente em áreas públicas, é necessário avaliar as políticas públicas relacionadas a esses assuntos no estado de Mato Grosso do Sul.

A sustentabilidade aliada à preservação, à conservação e à recuperação tem ganhado intensa importância quando se fala em desenvolvimento sustentável. Segundo Freitas, Figueiredo e Colesanti (2009, p.3) as discussões ambientais direcionam fundamentos de bases ecológicas, social, cultural e que permite a democracia participativa ajudando nas tomadas de decisão e de gestão do desenvolvimento sustentável, de forma que haja políticas ambientais eficazes.

A Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema) foi criada pela Lei estadual nº 218, de 6 de maio de 1981. Sua estruturação física deu-se pela construção de sua sede no Parque dos Poderes, em Campo Grande, com salas destinadas às atividades administrativas e técnicas. Abrigava laboratórios e um Centro de Treinamento para a Educação Ambiental dotado de auditório, salas de estudo, alojamentos e refeitório, junto a isso, também foi estabelecida a rede de monitoramento de qualidade das águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai e a ampliação do CRAS. (BARROS E GARCIA, 2014, p.31 e 35).

Com a Lei Estadual nº 702, de 12 de março de 1987, houve a criação do Sistema Estadual para Preservação e Controle do Meio Ambiente a qual possuía o objetivo da formulação e a execução de uma política estadual voltada à preservação e ao controle ambientais e à difusão da educação ambiental. Ao final do mesmo ano foi autorizada a elaboração do projeto e iniciada a implantação do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS) a qual de fato em 1979 iniciaram efetivamente as atividades de recepção e destinação de animais silvestres (BARROS E GARCIA, 2014, p.34).

Ainda para os mesmos autores, o Estado de Mato Grosso do Sul, iniciou as atividades do CRAS em julho de 1988, no município de Campo Grande, no Parque dos Poderes, o qual é administrado pelo órgão ambiental estadual competente, o Imasul, cujo objetivo é recepcionar os animais apreendidos em ações de fiscalização dos órgãos ambientais e de dar uma correta destinação após a reabilitação.

Campo Grande, bem como grande parte do estado, destaca-se pelas áreas verdes e parques urbanos. Como fundamentação para esse trabalho, destacamos também conceitos de parques nacionais bem como suas principais características e o potencial turístico e pedagógico.

Parques Urbanos Nacionais

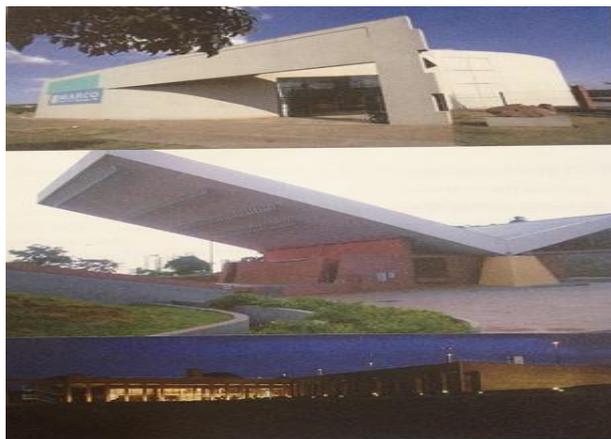
Apenas como menção ilustrativa, falando de forma global, acerca dos primeiros parques, ou “grandes jardins”, como eram chamados, Loboda (2009, p. 126) assevera:

O uso do verde urbano, especialmente, no que diz respeito aos jardins, constituem-se em um dos espelhos do modo de viver dos povos que o criaram nas diferentes épocas e culturas. A princípio estes tinham uma função de dar prazer à vista e ao olfato. Somente no século XIX é que assumem uma função utilitária, sobretudo nas zonas urbanas densamente povoadas.

No Brasil, é notória a importância dos parques urbanos e praças, e é importante explicar que muitas das cidades interioranas e mesmo capitais, eram conhecidas e territorializadas a partir de suas praças e parques. Reis Filho (1968), amplia esta discussão afirmando que sobre esses espaços recaiam “as atenções principais dos administradores, pois constituíam pontos de atenção e focalização urbanística, localizando-se ao redor da arquitetura de maior apuro, já que pontos de concentração da população.”

Cabe, acerca de Campo Grande, considerar que por estar estrategicamente localizada a algumas horas de cidades turísticas como Bonito e Pantanal (cidades de Corumbá e Miranda), há a necessidade de aprimorar-se acerca de atrativos turísticos, pois parques urbanos e seu entorno representam uma estratégia para a cidade, caso do Parque das Nações Indígenas, do Parque do Prosa e do CRAS, conforme figura 1.

Figura I. Infraestrutura do PNI (Parque das Nações Indígenas).



Fonte: PAIVA (2010)

Outros parques e áreas de conservação que merecem citação no Estado de Mato Grosso do Sul são: Estrada Parque do Pantanal, Parque da Serra de Sonora, Estrada Parque de Piraputanga, Rotas Monçoeiras do Rio Coxim, Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari, Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, Matas do Segredo e o objeto desse estudo, no caso o Parque do Prosa e o CRAS.

Parque do Prosa e o CRAS

Com relação ao Parque do Prosa, a Unidade de Conservação Estadual de Proteção Integral, criada primeiramente como Reserva Ecológica do Parque dos Poderes, em 1981, foi elevada à categoria de Parque Estadual do Prosa (PEP), por meio do Decreto Estadual nº 10.783/2002 publicado em 21 de Maio de 2002.

O Parque possui 135 hectares e está situado dentro do perímetro urbano do Município de Campo Grande. Tem como objetivo principal preservar amostras de ecossistemas do cerrado, espécies da flora e fauna nele associadas, as nascentes do Córrego Prosa, a valorização do patrimônio paisagístico e cultural da região, objetivando

sua utilização para fins de pesquisa científica, educação ambiental, recreação e turismo em contato com a natureza. (IMASUL, 2015)

O Parque Estadual do Prosa, ora denominado PEP, é um importante refúgio da vida silvestre, em razão de a fauna possuir alterações, evidentemente pela descaracterização da vegetação e da caça predatória que anteriormente era realizada na Reserva. De forma geral, a fauna no PEP pode ser caracterizada em dois grupos: os residentes, que são os animais que podem ser avistados o ano inteiro, se alimentam e se reproduzem na área, independente da reintrodução; e os sazonais, que são as espécies que freqüentam a área de acordo com a oferta de alimentos, como as aves. (IMASUL, 2015)

Uma das referências desse trabalho é expor o Parque do Prosa em conjunto com o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres, ora denominado CRAS, como atividade turística e pedagógica, sendo um “produto” extra para aqueles que desconhecem o parque.

A criação do CRAS, em julho de 1987, visou diminuir a ação negativa da movimentação artificial de animais nativos que, na maioria dos casos, são feitas sem qualquer critério técnico.

Foi um dos primeiros Centros de Triagem de Animais Silvestres criado no Brasil, e hoje, serve como modelo e referência para outros estados brasileiros que possuem ações de conservação de fauna. (IMASUL, 2015)

A atuação do CRAS é presente quando da apreensão e soltura de animais confiscados pelas autoridades, no simples retorno à natureza de animais de estimação pelos seus mantenedores ou translocação de animais considerados “problemas” para as propriedades rurais. [...].

O roteiro de visita no Parque do Prosa e no CRAS, tem um forte vínculo com o turismo pedagógico, de lazer e de contemplação. Para efeito de exemplificação, tratamos de definir esses conceitos. Segundo Demo (1999, p. 103), acerca do processo pedagógico de ensino, o autor destaca:

A habilidade didática e pedagógica que se espera do professor já não se resume ao formato expositivo das aulas, à fluência vernácula, à aparência externa. Precisa-se centrar-se na competência estimuladora da pesquisa, incentivando com engenho e arte a gestação de sujeitos críticos e autocríticos, participantes e construtivos.

Neste contexto, é importante enfatizar que o turismo pedagógico consiste em atividades fora da sala de aula que estimulam o aluno a desenvolver a compreensão de assuntos discutidos em sala de aula, por meio da vivência na prática, em atividades de campo, em áreas rurais e/ou urbanas. O lazer acaba se tornando vínculo de instrumento pedagógico, pois associa as atividades práticas em conjunto com atividades lúdicas além de possibilitar conforme as palavras de Demo (1999, p.103) “a gestação de sujeitos críticos e autocríticos, participantes e construtivos”.

O termo pedagógico com ênfase no turismo, na visão de Andriolo e Faustino (1999, p. 165), é assim chamado, devido à sua característica peculiar de ocorrer no período letivo e não no período de férias como em outros segmentos convencionais. Sendo assim, é definido como uma modalidade de turismo que serve às escolas, em suas atividades educativas.

Nesse contexto, nas visitas aos parques (Prosa e CRAS), percebe-se uma mescla de atividades de turismo pedagógico e lazer, as escolas do ensino fundamental e médio fazem visitas frequentes em dias de semana, enquanto turistas e outros visitantes preferem os finais de semana, até pela questão de disponibilidade.

O turismo de contemplação ou contemplativo acaba sendo parte do ecoturismo, por depender exclusivamente de belezas naturais e ser uma opção que não agride o meio ambiente. Nos parques de Campo Grande, impera esse tipo de turismo contemplativo, na concepção de Barretto (2003, p. 51), este tipo de turismo de contemplação da natureza “terá cada vez mais adeptos como resultado da deterioração da qualidade de vida nos grandes centros urbano-industriais”.

Análise dos Resultados

A pesquisa *in loco*, baseou-se em visitas frequentes ao Parque do Prosa e o CRAS nos meses de setembro e outubro de 2015, nos períodos: matutino e vespertino, em dias de semana e finais de semana.

Com o intuito exploratório, foi realizada entrevista com a Chefe do Núcleo de Áreas Urbanas do PEP, ora denominada E1, com mais de 20 anos de experiência em órgãos públicos e é a funcionária técnica mais antiga do PEP.

Foram abordadas questões como análise crítica acerca do passeio e toda sua complexidade (pontos positivos e pontos a melhorar); plano de manejo do Parque; meios de divulgação do passeio; serviços de segurança, infra-estrutura, limpeza, conservação da natureza, placas informativas e acessibilidade; histórico recente do passeio e a possibilidade de incluir o PEP e o CRAS como alternativa de atividade turística em conjunto com os atrativos do PNI. Com relação aos resultados, obteve-se uma análise crítica de E1, em razão da responsabilidade frente à direção do CRAS.

Quadro 1- Análise crítica

Aspectos positivos -CRAS
o atendimento dos guardas-parque em geral
a limpeza e manutenção das trilhas
a boa aceitação do passeio por parte da comunidade local e dos turistas
segurança do passeio
Pontos a melhorar
Questões de infra-estrutura do receptivo
aumento de funcionários (guardas-parque secretárias de limpeza e no administrativo)
Maior divulgação do parque
Necessidade de reforma e readequação de espaços
manutenção nas placas de sinalização

Com relação ao Plano de Manejo do Parque, a última revisão é datada de dezembro de 2011, ou seja, cabe uma atualização e revisão. Precisa-se ainda apresentar projetos mais estruturados. Foram feitos ótimos projetos, como o de arborismo e o “trilha dos sentidos”, que estimula o passeio para deficientes visuais, por exemplo, porém sem continuidade.

Esses projetos podem ser alternativas para viabilizar o passeio para mais pessoas, dando outros focos além do CRAS.

Neste contexto, segundo a gestora, no entanto, falta colocar em prática algumas ações, pois em razão do envolvimento diário dela e de toda equipe no campo, são prejudicadas algumas ações administrativas prioritárias.

Nesse contexto, é importante enfatizar Freitas, Figueiredo e Colesanti (2009) quando explicitam a necessidade de políticas ambientais eficazes que sejam produto de tomadas de decisão pela democracia participativa, ou seja, quem atua na área precisa estar atento que ajustes seculares são necessários para o bom andamento do trabalho.

O passeio no CRAS, deixou de ser cobrado em 2008, por conta de pouca arrecadação, segundo o Estado, esse dinheiro não era direcionado para o Parque, por conta de lei que sanciona que os valores devem ter direção uma conta única para o Governo.

Na época, cobrava-se R\$ 8,00 o adulto e R\$ 4,00 a criança, para as escolas sempre foi gratuito. Com a isenção, não mudou muito o perfil dos grupos, com relação ao interesse e tampouco à procura pelo passeio. Não há planos futuros para ser cobrado, mas para ser cobrado, segundo E1, deve-se propor usar o recurso para o parque. Pode sim ser aberta uma possibilidade para terceirizar no caso o passeio para mais atividades e com pessoas especialistas (Know-how) para isso, sob controle e fiscalização do estado.

Há planos de algumas trilhas mais leves (para idosos), e outras com obstáculos, num nível médio, para outros perfis de grupo. Há sempre o que melhorar, mas daí precisa de recurso antecipado, entrar num processo de licitação, dedicar envolvimento e tempo, que nem sempre numa gestão pública, vem á curto prazo, ou seja, o processo é moroso, salvo poucas exceções.

Foi citada ainda por E1, a necessidade de pesquisas de capacidade de carga e de interação com o PNI, como a abertura da Trilha do Mutum, que integra os dois parques e que há um projeto de trilha autoguiada nesse sentido (em estudo, por enquanto).

Houve também uma tentativa de convênio com os guias de turismo locais para guiar os turistas nos passeios durante os sábados a tarde e domingos e feriados (dias de folga dos guardas-parque), como alternativa para ter mais dias e horários do passeio e dar mais

oportunidades a esses guias locais. Esses foram mais alguns projetos que tiveram início, porém sem continuidade.

Percebe-se portanto, na fala de E1, uma preocupação constante de busca de meios para viabilização de formas de interação com a comunidade local, principalmente com os guias turísticos que atuam em Campo Grande, assim como buscar mais alternativas turísticas no ambiente do CRAS.

Para a análise do PEP como um todo, realizou-se a aplicação de questionários com 08 grupos de visitantes, no período de setembro e outubro de 2015. Notou-se, durante essa pesquisa de campo, o grande potencial do turismo pedagógico, pois a maioria dos grupos é escolar.

Por se tratar de pesquisa de análise do perfil do visitante do parque, acerca de temas que envolvem infraestrutura, segurança, limpeza, conservação da natureza, sinalização e acessibilidade, decidiu-se que seriam entrevistados apenas maiores de 16 anos, com opinião semi-formada sobre tais assuntos.

No total, foram entrevistados 27 adultos, sendo 22 do sexo feminino e apenas 5 do sexo masculino, com idade entre 20 e 65 anos. Os grupos são atendidos com número máximo de 20 pessoas e não há nenhuma restrição de número mínimo para que ocorra o passeio.

Nos 08 grupos relacionados, o menor deles teve 2 pessoas e houve um grupo escolar de 65 pessoas, que foram divididos em três grupos no dia da visita, obedecendo à regra máxima de 20 visitantes por trilha, sendo que um deles passou do número máximo, porém foi atendido em caráter de exceção.

Dos grupos entrevistados, metade da pesquisa ocorreu em grupos escolares, com o objetivo principal das aulas de campo de educação ambiental, e a outra metade de visitantes locais e turistas com o intuito do lazer.

Com relação à escolaridade dos entrevistados a tabulação dos dados apresentou que:

Quadro 2 – Escolaridade dos entrevistados

Escolaridade	Percentual
Ensino médio	3
Ensino superior incompleto	2
Ensino superior completo	17
Doutorado/ pós-doutorado	5

Reelaboração autoral

A demanda maior do passeio é o trajeto pelo CRAS, que por se tratar de um centro de recuperação de animais, têm datas específicas, no caso sempre às terças, quintas e sábados. Todos os 08 grupos entrevistados ocorreram exatamente nesses dias, sendo assim, não houve pesquisa nos outros dias da semana, exatamente pela falta de grupos agendados.

Já com relação à profissão dos entrevistados, chegou-se ao seguinte resultado:

Quadro 3 – Profissão dos entrevistados

Profissões	Profissões
8 Pedagogos	1 administrador
2 psicólogos	1 médico
4 advogados	1 professor aposentado
2 policiais militares	1 auxiliar de recepção
1 do lar	1 designer de interior
1 Serviço social	1 coordenador hospitalar
1 assessora jurídica	1 diarista
	1 analista de TC

Reelaboração autoral

A respeito do motivo da visita percebeu-se que grande parte dos grupos visitou o local por motivos de conscientização ambiental, atividade lúdica, fauna e flora.

Houve três grupos oriundos de fora da capital com projetos sociais como: “Conheça minha capital” de Cassilândia, outro de Marília (interior de São Paulo), outro oriundo de um Congresso que ocorreu na Cidade de Dourados e passaram para conhecer o local e seus animais e o último voltado para interação com a natureza “Projeto Escoteiros do Brasil”.

Para lazer, apenas 10 dos entrevistados afirmaram essa opção, 03 dos entrevistados afirmaram dirigir-se ao passeio por motivo de pesquisa-estudo.

Analisando a forma como descobriram o passeio, 06 dos entrevistados constataram que o conheceram por meio de mídias como: reportagem, jornal e internet. Grande parte por intermédio da família de forma geral, e por amigos e local de trabalho, como o caso dos pedagogos que descobriram por meio das escolas.

Do total dos entrevistados, 22 avaliaram o passeio como sendo ótimo e apenas 5 avaliaram o passeio como bom.

Desse total, todos afirmaram que indicariam o passeio a outras pessoas com os seguintes motivos: mostra a divulgação da região de MS, divulga a fauna e flora regional, como forma de conhecer a natureza e sua preservação, como um projeto consciente de conhecer os animais, a flora e a água potável, contato com a natureza e já indicou com sucesso.

Quadro 4 - Com relação aos serviços oferecidos:

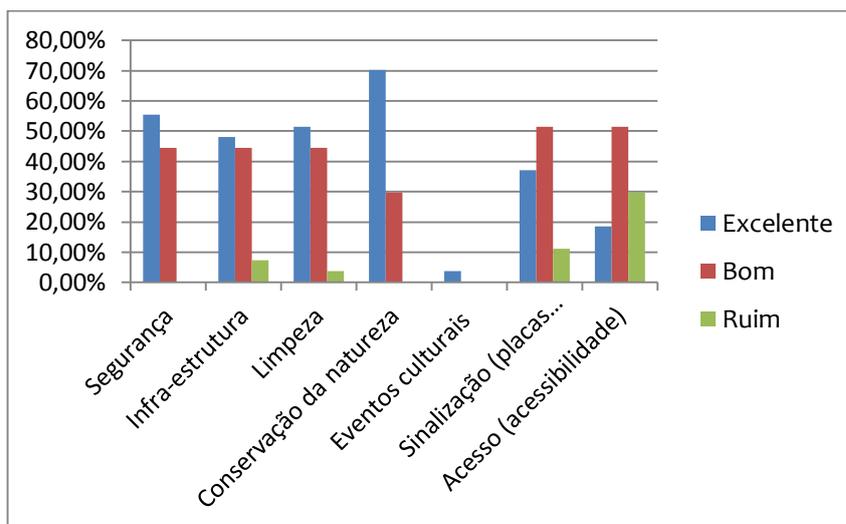
	Excelente	Bom	Ruim
Segurança	15	12	-
Infraestrutura	13	12	2
Limpeza	14	12	1
Conservação da natureza	19	8	-
Eventos culturais*	1	-	-
Sinalização (placas informativas)	10	14	3*
Acesso (acessibilidade)	5	14**	8

(reelaboração autoral)

* sentiram falta de mais sinalização

** falta estrutura para cadeirantes

Quadro 4 - Percentual dos serviços prestados



Já como sugestão de melhorias, relacionadas abaixo, por grupo, caracterizaram-se as seguintes visões:

G1 - Falta de divulgação, o passeio pode ser cobrado normalmente.

G2 - Melhoria das placas sinalizadoras e guias de acessibilidade.

G3- Melhoria das placas sinalizadoras com o aumento das gaiolas e divulgação dos passeios.

G4- Avisar sobre repelentes; uso de manga comprida; melhoria nas placas; maior divulgação do passeio; acessibilidade; lanchonete; abertura para banho.

G5- Manter a preservação do local, somente.

G6- Aumentar as gaiolas e acesso dos cadeirantes. Mais banheiros, lixeiras e bebedouros.

G7- Não houve sugestão.

G8- Gaiolas maiores, maior número de funcionários para atendimento do público.

Um grupo de professores e pesquisadores de fora do estado mencionou o fato de não haver sinalização adequada da entrada de acesso à recepção do passeio, o que dificultou chegarem no horário correto agendado para a visita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parques urbanos, quando bem estruturados e administrados, representam importantes centros de lazer, pontos de encontro e instrumentos de educação ambiental para a população em geral.

O PNI já é um parque consagrado na cidade e com a devida estruturação e divulgação do PEP, pode se tornar atrativo para ser trabalhado em conjunto, motivando o turista a permanecer mais de um dia na capital.

Com o intuito exploratório, através de pesquisa de campo, com perguntas abertas aos visitantes do PEP, diagnosticou-se a grande capacidade de atrativo do destino, com algumas ressalvas, como a necessidade de mais estrutura na recepção e, principalmente, no aumento no quadro de funcionários do parque, para o acompanhamento nas trilhas, limpeza e atendimento ao público.

O fato de o parque ter pouca divulgação é consequência da necessidade de o poder público investir mais no local, tanto com um aumento de funcionários pois fica explícita a grande procura pelo passeio, porém com poucos funcionários, não há como trabalhar uma divulgação massiva.

Já é frequente a longa lista de espera pelo passeio, com mais funcionários e uma reestruturação do passeio, no tocante à melhoria de manutenção das placas sinalizadoras e acessibilidade a cadeirantes, muito dos anseios dos seus visitantes já estariam sanados.

O fato mencionado acerca do tamanho pequeno das gaiolas, mesmo sendo constatado, cabe mencionar que esse espaço está nos moldes do IBAMA, que é o órgão competente fiscalizador.

Acerca da volta da cobrança pelo passeio, não há uma resposta nem projeto para que se retomem as cobranças, o que poderia ser interpretado de duas formas: uma positiva, a não cobrança possibilita o acesso às classes menos favorecidas, mesmo que a pesquisa tenha comprovado o contrário, pois é frequentado, em sua maioria, por classe média. De outro lado, caso houver recursos oriundos dos ingressos, estes seriam realmente revertidos para o PEP, podendo ser utilizados diretamente para a melhoria do passeio, o que não ocorre por ser território pertencente à União.

A menção de um dos grupos entrevistados acerca da dificuldade de se chegar à recepção e entrada do passeio foi de fato uma constatação. Notou-se a necessidade de mais placas indicativas nos arredores do PEP, principalmente nas placas já existentes, que não mencionam a entrada correta do passeio.

A respeito da entrevista com a Chefe de Núcleo do PEP, percebeu-se um acompanhamento muito bom e regular da gestora com sua equipe e demais ações administrativas. Fica a reflexão de que há um Plano de Manejo do Parque a ser realinhado e também a necessidade de mais pesquisas internas e multidisciplinares no PEP e seu entorno, que possam dar mais visibilidade ao local.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLO, Arley; FAUSTINO, Evandro. **Educação, Turismo e Cultura: A experiência de estudantes paulistas em Uruçanga**. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (org). Turismo: Desenvolvimento Local. 3º ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 207 p.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13.ed. Campinas: Papyrus, 2003. 160 p.

BARROS, Eliane de. GARCIA, Eliane Maria. **Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul Gestão ambiental em Mato Grosso do Sul: conceitos e prática**. Dourados, MS: UEMS, 2014. 208p. Disponível em: http://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/74/2015/06/Caderno_da_Gestao_Ambiental.pdf. acesso em: 12 out. 2015.

BONFIM, Mailane. Por uma pedagogia diferenciada: uma reflexão acerca do turismo pedagógico como prática educativa. **Turismo-Visão e Ação**, v. 12, n. 1, p. 129, 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição Federal do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 8º ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1999, 131 p.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo, Perspectiva: 1973. 333 p.

FREITAS, Raquel Mendes de. FIGUEIREDO, Regina Sueiro, COLESANTI, Marlene T. de Muno. Políticas públicas e educação ambiental. V Congresso Nacional de Excelência em Gestão. **Gestão do Conhecimento para a Sustentabilidade**. Niterói-RJ, p.16, jul. de 2009. 16p. Disponível em: <http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg5/anais/T8_0141_0719.pdf>. acesso em: 12 out. 2015.

IMASUL. Disponível em: <<http://www.imasul.ms.gov.br>>. Acesso em: 18 set. 2015.

_____. Disponível em <<http://www.imasul.ms.gov.br>>. Acesso em 25 set.2015.

JACOBI, Pedro. **Poder local, políticas sociais e sustentabilidade**. Revista Saúde e Sociedade. vol 8,1999. 48 p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v8n1/04>>. Acesso em: 01 out. 2015.

LEFF, E. **Saber ambiental: do conhecimento interdisciplinar ao diálogo de saberes**. Epistemologia ambiental. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002 In: FREITAS, Raquel Mendes de.

FIGUEIREDO, Regina Sueiro, COLESANTI, Marlene T. de Muno. Políticas públicas e educação ambiental. V Congresso Nacional de Excelência em Gestão. **Gestão do Conhecimento para a Sustentabilidade**. Niterói -RJ, p.16, jul. 2009. Disponível em: http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg5/anais/T8_0141_0719.pdf>. Acesso em: 12 out. 2015.

Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Política Nacional do Meio Ambiente. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 31 de agosto de 1981. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Leis/L6938.htm>>. Acesso em: 30 set. 2015.

LOBODA, Carlos Roberto; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingues. **Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções**. *Âmbiência*, v. 1, n. 1, p. 125-139, 2009.

MORAES, Pedro Carlos de. Meio ambiente e desenvolvimento local: implicações para políticas públicas no município de Garéi/SP. Universidade Tecnológica Federal do Paraná: diretoria de pesquisa e pós-graduação especialização em gestão pública municipal. Curitiba, 2012. p.59.

MARCELLINO, Nelson Carvalho; BARBOSA, Felipe Soligo; MARIANO, Stéphanie Helena. **Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano–relações e possibilidades**. LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 10, n. 3, 45 p, 2007.

PAIVA, Adriano Laureense de (org). **História de Campo Grande**. Campo Grande – MS: Gráfica Editora Alvorada, 2010. 174 p.

PEREIRA, Viviane Camejo; GONZÁLEZ, Shirley Rodríguez. O debate acerca das insuficiências da modernização ecológica para pensar a sustentabilidade ambiental na agricultura em tempos de mudanças climáticas. 2014. 15p.

PIRES, J. M. de A; ARAÚJO, E. A. S. de; GOMES, J. L. da S. A contribuição científica sobre o desenvolvimento sustentável no ENEGEP: um estudo bibliométrico. Faculdade de Tecnologia de Guaratinguetá 2 Revista v.3, n.1 Maio de 2014. REIS FILHO, N. G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500/ 1720)**. São Paulo: EDUSP, 1968. 240 p.